



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Processo nº: **1000839-66.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **MARIA JOSE DA SILVA MATIAS, CPF 230.214.768-56 - Advogada Dra. Ariadne Trevizan Leopoldino**  
 Requerido: **BANCO ITAU BMG CONSIGNADO SA, CNPJ 33.885.724/0001-19 - Adv<sup>a</sup> Lilia Maria Formigoni Melosi e Preposta Sr<sup>a</sup> Carolyne Sandonato Fiocchi**

Aos 24 de maio de 2017, às 15:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também as testemunhas da autora, Sras Maria, Odete e Welington. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas Maria e Odete, em termos em separado. A autora desistiu da oitiva de Welington, o que foi homologado. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. 1- A prova oral colhida nesta data comprova que as cobranças, que estão sendo efetuadas, estão de fato desrespeitando o disposto no art. 42 do CDC. Impõe-se, pois, o acolhimento do pedido de condenação do réu na obrigação de abster-se de efetivar cobranças abusivas. Tendo em vista que a expressão “cobranças abusivas” é valorativa e comporta discussões, é necessário que seja estabelecido parâmetro objetivo para a delimitação do que o banco está autorizado ou não a respeito do modo pelo qual efetiva as cobranças. A esse respeito, deverão ser interditadas quaisquer cobranças por telefone, vez que o banco já foi insistentemente avisado de que a autora não dispõe de recursos para a quitação do débito, e os telefonemas estão sendo particularmente constrangedores. Cobranças por correspondência escrita ou e-mail, porém em periodicidade não inferior à mensal, estão autorizadas. 2- A prova oral mencionada, como exposto, indica claramente que a autora, nas cobranças, foi exposta a humilhação, sem qualquer necessidade. A insistência nos telefonemas indica que o propósito das ligações foi exatamente o de se buscar o acordo através da pressão e do constrangimento, comportamento abusivo e proscrito pelo art. 42 mencionado. Não bastasse, ainda não foi considerada a condição peculiar da autora, idosa e adoentada. O comportamento da ré, nas cobranças, é ilícito. Deve a ré responder pelos danos causados à autora. Há, pelo que se viu na prova oral, danos morais indiscutíveis, sofrimento psíquico e mesmo agravamento de suas condições de saúde. A fim de proporcionar algum lenitivo à dor sofrida pela autora, haverá de ser fixada indenização que, segundo parâmetros de proporcionalidade e razoabilidade, será fixada em R\$ 10.000,00. 3- Por fim, a inicial está instruída com documentos, fls. 20/22, que comprovam, efetivamente, que as quatro primeiras parcelas foram devidamente descontadas do benefício previdenciário da autora. Se as parcelas não foram repassadas ao réu, é fato irrelevante, incapaz de gerar a obrigação da autora de pagar novamente. 4- Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) a (a) abster-se de efetuar cobranças por telefone, autorizadas cobranças por e-mail ou correspondência escrita, porém em periodicidade não inferior a mensal, sob pena de multa, por cobrança indevida, de R\$ 200,00 (b) pagar ao(a) autor(a) **R\$ 10.000,00**, com correção monetária a partir da presente data, e juros moratórios desde a citação (c) em razão da inexigibilidade do débito relativo às quatro*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

*primeiras parcelas, promover o seu respectivo abatimento no cálculo do saldo devedor, no prazo de 02 meses, sob pena de incidência de multa diária de R\$ 200,00, limitada ao valor total de R\$ 2.000,00 (mais que a soma das quatro parcelas, ante a necessidade de se constranger o devedor ao cumprimento da prestação), obrigação de pagar quantia que, por seu valor, substituirá a obrigação de fazer acaso inadimplida. Quanto às obrigações de fazer ("a" e "c"), ante a presença de preposta da ré na presente audiência, sai a ré pessoalmente intimada a propósito, inclusive em relação às astreintes cominadas. Salienta-se que eventual recurso não terá efeito suspensivo. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

Requerente:

Adv. Requerente: Ariadne Trevizan Leopoldino

Adv. Requerida: lilia Maria Formigoni Melosi

Requerido - preposta:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À  
MARGEM DIREITA